

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do nº1 do Artigo 57º]

1 – Rui Pedro de Lima Afonso, portador do documento de identificação número 11301561, com morada profissional na Avenida da Boavista 1837, 3º Andar, (Edifício Burgo), 4100-133 Porto, na qualidade de Gerente-Delegado da Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda., matriculada com o número de pessoa colectiva 502124083, com sede na Av. D. João II, 30 – 3º (Edif. Meridiano), 1990- 092 Lisboa, Portugal, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para “Fornecimento de Eletricidade em BTE e MT - Ano 2024”, para as instalações em nome do Município da Nazaré, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Anexo I do CCP - Declaração de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos
- b) Anexo_II_MT_e_BTE_2024 (pdf. e xls.)
- c) Anexo_III (pdf. e xls.)
- d) Anexo III – Declaração Preço Contratual
- e) Certidão Registo Comercial
- f) Delegação de Competências Rui Afonso
- g) Proposta Iberdrola

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que

eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 28 de dezembro de 2023

Rui Afonso
Gerente-Delegado da IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, UNIPES-
SOAL, LDA.